

LYCURGO SANTOS FILHO, HISTÓRIA GERAL DA MEDICINA BRASILEIRA

Milton VARGAS

Lycurgo Santos Filho já tinha publicado, em 1947, uma **História da Medicina no Brasil**, do século XVI ao século XIX, pela qual tornou-se um dos mais renomados historiadores da Medicina brasileira. Esta obra, há muito tempo já esgotada, tornou-se uma das poucas fontes de leitura e consulta dos nossos historiadores e interessados na história da ciência e da profissão médica. Mas a sua consulta cada vez mais difícil foi-se restringindo aos exemplares de bibliotecas públicas e universitárias. Urgia, portanto, a publicação de uma segunda edição que viesse satisfazer a um grupo, cada vez maior, de estudiosos não só da evolução da nossa Medicina, como das implicações entre as doenças, sua discriminação e seu combate, e a constituição da civilização brasileira.

Em vez, porém, de promover a simples reedição de seu livro, Lycurgo resolveu reformular completamente a sua obra, aduzindo ao impressionante número de dados e informações por ele colhidos um novo e mais abrangente tratamento historiográfico do assunto. Daí esta **História Geral da Medicina Brasileira**, cuja primeira impressão do primeiro volume foi publicada em 1977 e um segundo volume vem de surgir, perfazendo, assim, dois alentados volumes (São Paulo, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1991). O primeiro, cobrindo o período colonial, mas abrangendo também a medicina nativa indígena e a medicina negra, que veio da África com os escravos. O segundo, abrangendo todo o século XIX, desde a fundação no início do século das escolas de cirurgia, no Rio de Janeiro e na Bahia. Porém, só no início do século XX, segundo o autor, é que aparecem os primeiros sinais de uma medicina nacional, baseada em pesquisas científicas autóctones. E Lycurgo Santos Filho está trabalhando num terceiro volume a ser, em breve, publicado,

dedicado à nossa medicina do século XX, que ele chama a "época da medicina científica".

O primeiro volume da História Geral dedica-se à medicina dos físicos e cirurgiões, curiosos e feiticeiros, vigente no Brasil Colônia. Na Introdução, o autor traça um excelente esquema da história da medicina brasileira e de suas fontes que, em sua sintética visão panorâmica, informa àqueles que se vão iniciar no seu estudo, da natureza e da periodização que o autor propõe. Isto é, de um primeiro período (abrangido no volume 1, em exame), o qual é dividido em cinco ítems: a) Medicina Indígena; b) Medicina Jesuítica; c) Medicina Africana ou Negra; d) Medicina no Brasil Holandês; e) Medicina Ibérica. Esta última, sendo a mais extensa, abrange as atividades tanto dos assim chamados "físicos", como dos curiosos e curandeiros de origem ibérica que dominariam a profissão durante os tempos coloniais.

Depois dessa Introdução, é apresentada, num extenso Livro I, uma resenha das fontes, quer gerais, quer históricas ou religiosas, incluindo textos geográficos, efemérides, biografias, memórias e crônicas. Num segundo capítulo encontram-se referências a textos de Medicina que elucidam fatos históricos, como ensaios de bibliografias médicas e esboços de elaboração de história da Medicina, até os primeiros livros de história da Medicina editados no Brasil. Convém aqui ressaltar a importância desse Livro I, do primeiro volume, para todos os historiadores da ciência interessados no progresso científico brasileiro.

Depois da apresentação de um panorama geral, o autor enfrenta a difícil tarefa de relatar historicamente a Medicina, o curandeirismo e a feitiçaria imperante desde a descoberta do País até a criação das primeiras escolas de Medicina, no início do século XIX. Abrangendo, portanto, todo o período colonial.

Apesar da primeira visão dos descobridores ter sido de uma terra de clima ameno e salubre, habitada por uma população forte e sadia, essa visão foi-se paulatinamente deteriorando para a de uma terra de clima inclemente, agravado por miasmas mortíferos e bichos venenosos, habitada por uma população infestada pelas mais estranhas doenças, tanto nativas como trazidas da África pelos negros e da Europa pelos brancos. É sob essa visão que o autor descreve a profissão dos médicos e curandeiros coloniais no Brasil.

Na medicina indígena, o autor vê, além da ação fetichista do "pagé" na cura das doenças, o emprego das ervas medicinais tropicais, que persistem até hoje na farmacopéia moderna. Na medicina jesuítica, o autor vê principalmente a transposição para a Colônia das práticas de assistência médica européia e o início da organização hospitalar. Na medicina colonial holandesa, apesar do maior preparo científico dos "físicos" batavos, o autor não vê grande diferença entre as condições sanitárias e de saúde das terras ocupadas pelos holandeses com o restante do Brasil Colônia. Entretanto, ressalta a preocupação holandesa de trazer para a metrópole informações sobre as condições de saúde da população colonizada. Daí a vinda ao Brasil de vários médicos, quase todos judeus, e a publicação na Holanda de obras sobre a história natural brasileira, entre as quais as de Willem Piso, com observações médico-botânicas.

A fase referente à medicina ibérica, praticada no Brasil, cobre cerca de dois terços do primeiro volume, pois é considerada a mais importante do período colonial. Ela seria constituída pelas atividades profissionais não só dos "físicos" formados na Península Ibérica, como também de curiosos, curandeiros, boticários, cirurgiões e barbeiros íbero-brasileiros. A medicina ibérica dessa época ainda não tinha sido influenciada pela ciência moderna, dada a resistência oferecida à incorporação desta nas universidades da Península. Dominavam, portanto, as práticas medievais calcadas nas medicinas galênica e hipocrática, baseadas nas virtudes curativas dos remédios e dos humores dominantes dos doentes. Era uma medicina reduzida à experiência própria e intransmissível dos profissionais e a receituários, semelhantes aos, até hoje, usados pelas famílias interioranas.

Na colônia essa situação da medicina peninsular era ainda mais precária dada a falta de "físicos" de formação universitária e o quase completo domínio de profissionais habilitados, que percorriam a cavalo as regiões mais habitadas do território brasileiro, curando as mais variadas doenças com as suas "caixas-de-botica" e seu breviário de receitas. A esses juntavam-se as parteiras, os cirurgiões barbeiros e os curandeiros.

A partir do século XVI surgem as Irmandades de Misericórdia, custeadas por esmolas e doações particulares, que sustentavam as Santas Casas de Misericórdia, destinadas a recolher e abrigar enfermos, principalmente pobres, pois os ricos curavam-se em

casa, receosos do ambiente insalubre dos hospitais. As primeiras Santas Casas foram as de Santos, Olinda e Salvador, mas logo apareceram em várias outras cidades brasileiras, inclusive pequenas cidades do interior. Os "físicos" e cirurgiões que nelas atuavam nada recebiam e, geralmente, eram orientados por religiosas e religiosos. Além dessas Santas Casas, havia ainda as enfermarias dos colégios jesuíticos até a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759. No final do século XVII, começaram a estabelecer-se nos quartéis pequenas enfermarias, as quais foram o germe dos Hospitais Reais Militares, instalados alguns nos edifícios antes ocupados pelos colégios jesuíticos. Só no século XIX apareceram, nas principais cidades brasileiras, as "Casas de Saúde" oficiais, alguns poucos lazaretos e os "isolamentos" para as quarentenas, junto aos portos do Rio e da Bahia.

Nessa época, as epidemias de varíola, sarampo, impaludismo e várias outras doenças assolavam as cidades. Isto obrigou as Câmaras das principais cidades e vilas a organizarem suas juntas de defesa da saúde pública, contratando "físicos" e cirurgiões e elaborando normas de higiene, limpeza, desinfecção e quarentena. Dessas normas é que, no início do século XIX, surgiu a vacinação contra a varíola.

O segundo volume da obra de Lycurgo Santos Filho dedica suas 677 páginas à história da medicina brasileira durante o século XIX. É a fase que chama de pré-científica, pois que, segundo ele, ainda não se instalara, na medicina nacional, a pesquisa científica. Ela resumia-se do que se ensina e aprende em livros de textos franceses ou traduzidos para o francês, nas Faculdades de Medicina do Rio e da Bahia. Essas resultaram de evolução das escolas de cirurgia, criadas em 1808. As mesmas foram transformadas em Academias Médico-Cirúrgicas, instaladas nas Santas Casas de Misericórdia do Rio, em 1813, e da de Salvador, em 1815. Eram cursos de cinco anos de disciplinas médicas precedidas por científicas. Em 1832, tais academias foram transformadas nas Faculdades de Medicina do Rio e na da Bahia, com cursos de seis anos de disciplinas médicas e clínicas, precedidas de cursos de ciências físicas e biológicas. Anexos a essas Faculdades, existiam cursos de Farmácia, de Odontologia e de Parteiras. O autor enfatiza o caráter inteiramente livresco desses cursos, o que confere a denominação de quase científico ao estágio de nossa medicina no século XIX. Embora muitos professores tenham alcançado elevado nível de erudição, apesar da incapacidade geral de pesquisa, criatividade, inovação e descoberta.

O livro III do volume em questão é dedicado a uma ampla e profunda análise, não só histórica, mas também fenomenológica, da medicina e das doenças que assolaram o país ao longo de todo o século XIX. Ele descreve as principais doenças vigentes nesse período, sob o enfoque do conhecimento, certo ou errado, que se tinha delas na época. Descreve-as sem procurar identificá-las e caracterizá-las sob o ponto de vista científico atual. Consta, assim, epidemias de febre amarela, malária, tifo, cólera, varíola e outras, sob os aspectos calamitosos e catastróficos que apresentavam então. Faz notar o ponto de vista dos médicos livrescos de então; porém, ressalva o daqueles que insistiam na necessidade de observar essas doenças em seus aspectos próprios, relacionados com as nossas condições geográficas e climáticas próprias.

Um exemplo desses últimos são os tropicalistas da Bahia que, apesar de estarem perfeitamente a par do estudo da medicina européia, insistiam que as doenças tropicais deveriam ser estudadas em seu contexto próprio. Eles foram liderados por um escocês, John Peterson, um alemão nascido em Portugal, Otto Wucherer e um português, Silva Lima. Foram eles que na década dos anos 60 do século XIX atuaram como precursores da medicina tropical brasileira, baseadas em observações diretas de campo e laboratório, como a que apareceu, a partir do início do século XX, no Rio de Janeiro.

O final desse segundo volume enfeixou-se sob a promessa de um terceiro volume sobre a fase científica da medicina brasileira, a qual iniciar-se-ia com as pesquisas dos Institutos de Manguinhos, no Rio, e Butantã, em São Paulo, quando nossa medicina adquiriu autonomia. Com o prometido terceiro volume da obra de Lycurgo Santos Filho, não só a nossa medicina ganhará uma visão global de sua história, como também a História da Ciência no Brasil enriquecer-se-á com preciosa documentação sobre suas origens, pois, não resta dúvida, que as ciências da natureza muito devem à história da profissão médica no Brasil.

(Transcr. do Supl. Cultural da Associação Paulista de Medicina, nº 65, agosto de 1992).